



**NIESADT
UNIVASF**

ANO 1 - N° 15
14 de junho de 2026

RESUMO

As políticas públicas são essenciais para promover o desenvolvimento social e garantir direitos fundamentais. No saneamento básico, elas contribuem para melhorar a qualidade de vida, proteger a saúde pública e reduzir desigualdades.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é um importante instrumento de planejamento e gestão democrática. Sua elaboração deve envolver governo, instituições e sociedade, assegurando transparência e participação social.

Fortalecer o controle social e a participação cidadã torna as políticas públicas mais eficazes e inclusivas, permitindo que as decisões atendam às necessidades reais da população e promovam o acesso universal ao saneamento



TERRITÓRIOS EM FOCO

O boletim informativo oficial do NIESADT | Projeto Plansanear

AUTOR (A):

João Victor Fagundes - Graduando em Psicologia

Rafaella de Moura Medeiros - Eng^a Civil



Política Pública, Cidadania e Participação Social: O Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento democrático

A evolução das políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento social

O campo das "políticas públicas" tem se tornado cada vez mais central nas agendas governamentais, especialmente em países em desenvolvimento. Esse movimento reflete a crescente necessidade de adotar políticas fiscais mais restritivas, alinhadas com os ajustes econômicos necessários para garantir orçamentos mais equilibrados e sustentáveis (Souza, 2006). A implementação dessas políticas não é apenas uma resposta a questões fiscais, mas também uma tentativa de enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e da inclusão social em um cenário de escassez de recursos.

No caso dos países da América Latina, com suas longas e recorrentes trajetórias de inflação e crises econômicas, a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais tem sido restringida. Esse processo está diretamente ligado ao cenário de democratização recente desses países, nos quais as políticas públicas passaram a ser vistas como instrumentos não apenas de desenvolvimento econômico, mas também de inclusão social. Garantir o acesso universal aos bens públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento básico e um ambiente adequado à promoção do bem-estar, tornou-se uma prioridade (Dantas, 2018).

As crises ambientais globais, como as mudanças climáticas e seus efeitos sobre o meio ambiente e a saúde pública, tornam ainda mais urgente a necessidade de repensar as políticas públicas, especialmente no que se refere ao saneamento básico. A ausência de saneamento adequado não apenas compromete a saúde física da população, mas também tem efeitos profundos no desenvolvimento humano, afetando aspectos psicossomáticos, cognitivos e psicossociais (Papalia, 2021).

Mobilização social e controle democrático no planejamento do saneamento

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as políticas públicas precisam ser repensadas como um campo holístico, onde diferentes disciplinas e as percepções populares têm um papel significativo. O saneamento básico deve ser entendido não apenas como uma questão técnica, mas como um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção do desenvolvimento humano integral. A formulação de políticas públicas, portanto, exige uma abordagem que vá além dos esforços governamentais formais. A formulação de políticas públicas, portanto, exige uma abordagem que vá além dos esforços governamentais formais.



ESTRATÉGIAS

1. Ampliar a participação popular na elaboração e revisão do PMSB.
2. Garantir transparência e acesso às informações sobre o saneamento.
3. Incentivar a educação cidadã sobre direitos e políticas públicas.
4. Fortalecer o controle social por meio de conselhos e audiências públicas.
5. Integrar governo, universidades e sociedade civil no planejamento.
6. Priorizar as demandas das comunidades mais vulneráveis.
7. Monitorar e avaliar continuamente as ações previstas no PMSB.

É fundamental que o governo dialogue com o conhecimento científico e acadêmico, mas também com as demandas da população, especialmente aquelas mais marginalizadas. Essa interdependência entre o governo, a academia e a sociedade civil é essencial para garantir que as políticas sejam realmente eficazes e atendam às necessidades de todos os cidadãos. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico surge como um importante instrumento para garantir que as vozes dos grupos minoritários e das comunidades mais vulneráveis sejam ouvidas e levadas em consideração no processo de formulação e implementação das políticas públicas.

Pensar na mobilização social implica, portanto, uma abordagem que não se limite apenas aos critérios quantitativos, ou seja, ao desejo da maioria, mas que também leve em conta os aspectos qualitativos. A promoção de um estado de consciência política e social, por meio da democratização da informação, é fundamental para ampliar a percepção das pessoas sobre seus direitos políticos, civis e sociais.

A educação formal desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que os cidadãos compreendam melhor o impacto das políticas públicas em suas vidas e se tornem mais engajados na luta pela melhoria das condições sociais (Bobbio, 2017). Nesse contexto, o Plano Municipal de Saneamento Básico representa não apenas uma ferramenta técnica, mas um espaço de participação ativa para todos os membros da sociedade. Além disso, a Participação Social, como um pilar fundamental para a ampliação da cidadania, garante que os interesses pessoais não se sobreponham aos ideais democráticos de coletividade.

A defesa do acesso universal à herança pública – como saúde, educação e saneamento básico – deve ser vista como uma conquista coletiva, e não como um privilégio de poucos. O controle social, exercido por meio dos órgãos colegiados em diversos níveis de organização popular, assegura que as políticas públicas sejam construídas com base na consciência coletiva, permitindo que a sociedade monitore, critique e sugira melhorias, sempre buscando aprimorar a efetividade dessas políticas.

O engajamento social, formalmente institucionalizado pelo princípio da Lei 11.445/2007 como Controle Social, reflete um momento histórico único para os serviços públicos de saneamento básico no Brasil. A lei não apenas estabelece diretrizes para a melhoria do saneamento, mas também reconhece a importância da participação popular no processo de planejamento e execução dessas políticas. Isso demonstra uma preocupação técnica com a qualidade de vida e com a percepção dos cidadãos, que devem ser envolvidos ativamente nas decisões que afetam diretamente suas condições de vida.

É importante ressaltar que o planejamento governamental não deve ser visto como um processo isolado e técnico, mas sim como um processo de decisão política e social. Reduzir o Plano Municipal de Saneamento Básico a um mero produto técnico seria ignorar o poder da sociedade civil e a capacidade das organizações sociais de influenciar as políticas públicas, garantindo sua efetividade e adequação às necessidades da população.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:
Anderson Miranda de Souza

Edição e Conteúdo:
Milenna Alves dos Santos

Edição Textual:
Caline Moura
Rafaella de Moura Medeiros

Marketing e Divulgação:
João Victor Ferreira

Diagramação:
Ana Luiza Miranda

Apoio Institucional:
Universidade Federal do Vale
do São Francisco/Plansanear

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política: nova edição atualizada. Tradução de Anna Palma. 14. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024. 2 v.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e institui a Política Nacional de Saneamento Básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

DANTAS, Humberto (org.). Governabilidade: para entender a política brasileira. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: SciELO. Acesso em: 17 abr. 2026.